



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

**PROCESSO Nº. 2458/2016**  
**DECISÃO Nº 1289/2016**

Trata-se de procedimento licitatório (Tomada de Preços nº 01/2016) visando à contratação de empresa especializada para ampliação e reforma do Fórum Trabalhista de Maracanaú.

Durante a fase de análise de julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitações, constituída para atuar no presente processo (Portaria TRT7.DG nº 456/2016), constatou a necessidade de atribuir um tempo maior para a conclusão das atividades de julgamento, face o elevado número de licitantes - total de 8(oito), conforme informou à fl. retro.

Com base nessa realidade, estabeleceu cronograma, no qual constam os prazos mínimos para as atividades administrativas necessárias à conclusão do procedimento, inclusive os prazos previstos na Lei de Licitações e na Lei Complementar nº 123/2006 (fls. 680/681). O quadro apresentado indica o dia 15 de fevereiro de 2017, como previsão para emissão da nota de empenho da contratação objeto destes autos.

Ocorre que, a continuidade da licitação, no exercício 2017, inviabiliza o aproveitamento do recurso ora adequado (fls. 140/142), no valor de R\$ 672.440,99 (seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e nove centavos).

Diante do risco de não conclusão do procedimento licitatório no presente exercício e da impossibilidade de assegurar a existência dos recursos necessários ao pagamento das obrigações decorrentes da eventual contratação no exercício seguinte, a presente contratação passou a ser inconveniente e inoportuna.

Assim, considerando que estão presentes as razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente, para justificar a revogação da licitação e a delegação de competência ao Diretor-Geral constante do art. 1º, inciso II, alínea "f" do Ato TRT nº 139/16, determino a **REVOGAÇÃO** da Tomada de Preços nº 01/2016, com arrimo no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e art. 53 da Lei nº 9.784/99, assegurado aos licitantes o disposto no art. 109, I, alínea "c", da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

À **Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças**, para conhecimento e publicação da presente decisão na imprensa oficial, conforme previsão contida no art. 109, § 1º da Lei 8.666/93 e, posteriormente, à **Comissão Especial de Licitações** para ciência da decisão e adoção das demais providências que julgar necessárias.

Fortaleza/CE, 09 de dezembro de 2016.

**FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA**  
Diretor-Geral

TRT 7ª Região - SAOF  
RECEBIDO  
NESTA SECRETARIA  
EM 04 / 12 / 16  
Rebena Rebouças

TRT 7ª Região - SAOF  
JUNTADA  
NESTA DATA, FAÇO JUNTADA AOS  
PRESENTES AUTOS DO DOCUMENTO  
DE FLS. 684 / 685  
EM 12 / 12 / 16  
Estágio - P. R.